

O método comparativo em Antropologia Social

E. E. EVANS-PRITCHARD

University of Oxford | Oxford, Reino Unido

tradução BEATRIZ PERRONE MOISÉS 

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

perrone@usp.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe191852

Escolhi como tema para esta conferência¹ em homenagem a L. T. Hobhouse um modo de pesquisa bastante utilizado por ele. Pode parecer que, como o método comparativo foi discutido por Radcliffe-Brown (1951) e, mais recentemente, pelo professor Ginsberg (1961: 194-207) e outros, não é necessário prosseguir a reflexão. Na verdade, só depois de ter-me comprometido dei-me conta do quanto foi escrito sobre esse assunto nos últimos anos. Temo não poder dizer algo de novo. Posso apenas enfatizar alguns pontos facilmente perceptíveis em algumas das reflexões críticas a respeito do método e declarar meu ponto de vista. Não pedirei mais desculpas por reconsiderá-lo, pois as questões que envolve são fundamentais e cruciais.

Irei limitar-me basicamente a uma apreciação histórica do método comparativo e majoritariamente neste país. Além disso, restrinjo meus comentários a alguns exemplos de uso do método (nomes que se esperaria ouvir, como Frazer, Max Müller e Westermarck, não são mencionados). O tratamento do tema em seu sentido lato implicaria a consideração de toda a literatura antropológica, já que, nesse sentido amplo, não existe outro método. A comparação é, obviamente, um dos procedimentos essenciais de toda ciência e um dos procedimentos elementares do pensamento humano. É igualmente evidente que se alguma afirmação geral a respeito de instituições sociais pode ser feita, depende da comparação do mesmo tipo de instituição numa ampla gama de sociedades. É natural, portanto, que isso tenha sido reconhecido; e o que posteriormente viria a ser conhecido como método comparativo é praticado há muito tempo - por Aristóteles em seu estudo das diversas formas de constituição, por Maquiavel em seu estudo das condições nas quais príncipes conservam ou perdem poder (a arte da política), por Montesquieu em seu estudo das diferentes instituições, sentimentos e climas que acompanham diferentes formas de governo, aquilo que hoje é chamado de tipos ideais de governo - para citar apenas três exemplos clássicos.

¹ "The comparative method in social anthropology". Conferência na London School of Economics and Political Sciences, 1963. In Evans-Pritchard, E. E. *The position of women in primitive societies and other essays in social anthropology*. London 1965: 13-36



e191852

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe191852>

Foi usado ao longo do século XVIII, por aqueles que podem ser chamados de precursores da antropologia, como Adam Ferguson e John Millar neste país, e Turgot, Condorcet e Comte, na França. Mas pode-se dizer que o método desses autores era mais ilustrativo do que comparativo. Exemplos eram mencionados em favor de teses às quais se chegava por dedução, e de modo bastante assistemático. Também se pode dizer que o que então se sabia a respeito de sociedades primitivas – com as quais nós, antropólogos, mais lidamos – embora fosse de grande interesse para os filósofos iluministas, era muitíssimo pouco.

A primeira tentativa realmente sistemática de fazer um estudo comparativo de sociedades primitivas em escala mundial foi a de McLennan, em *Casamento primitivo* (1865) e obras posteriores. Nesse livro, sua intenção era mostrar que, em grupos de pequena escala, exogamia, casamento por rapto, infanticídio feminino, modo matrilinear de traçar descendência e poliandria eram instituições interdependentes, e que em todas as sociedades elas passavam por transformações e mudanças regulares, à medida que iam passando pelos mesmos estágios de desenvolvimento social. Nos casos em que na verdade essas instituições não ocorrem juntas, McLennan usava a evidência duvidosa do que chamava de “símbolos”, sobrevivências ou arcaísmos, a indicar que um determinado costume um dia existiu: o casamento por rapto simbólico seria, assim, uma sobrevivência que mostra que existiu um dia o casamento por rapto real. A tese tem outras deficiências, apesar de ele, como advogado, ter-lhe dado alguma plausibilidade. Algumas estão na construção lógica. É difícil, por exemplo, reconciliar o casamento por rapto e o infanticídio feminino, que supostamente teria causado o primeiro. A crítica mais séria, porém, é a de que os fatos não são de modo algum o que McLennan supunha que fossem; Lowie (1937: 43-49) observou, por exemplo, que não é fato que um constante estado de hostilidade seja normal em povos primitivos, nem que o infanticídio feminino e a poliandria sejam recorrentes, nem que a matrilinearidade ocorra na maioria desses povos, nem que os aborígenes australianos sejam todos matrilineares, que o parentesco seja necessariamente concebido em termos de sangue, que o casamento e a família sejam desconhecidos em sociedades arcaicas, etc. Erros como esses viciam seriamente seu raciocínio.

Tanto o valor como as fraquezas do método comparativo usado nessa escala estão patentes no trabalho pioneiro de McLennan. Seu valor está sobretudo em ter permitido que ele extraísse o geral do particular e, ao fazê-lo, que nos desse conceitos classificatórios importantes no desenvolvimento da antropologia social. Estes nos apresentavam o problema de encontrar causas gerais para o que ele demonstrou serem instituições do mesmo tipo encontradas num grande número de sociedades pelo mundo afora, como a exogamia, o totemismo, a matrilinearidade, o casamento por rapto simbólico e sua associação com a exogamia. Por outro lado, o método comparativo era usado primordialmente para a construção de hipóteses históricas que, na ausência de evidências históricas, não podem ser comprovadas nem refutadas com algum grau de probabilidade. O método produziu resultados extraordinários na filologia, na jurisprudência e na mitologia comparadas, mas isso se deve a seu uso, como na biologia darwiniana, para explicações em termos de origem comum, o que significa limitá-lo à investigação de instituições de povos de mesma origem social e cultural, de modo que, ainda que as conclusões atingidas não pudessem ser

comprovadas, teriam um grau muito maior de probabilidade. Foi com esses estudos em mente que o historiador Freeman expressou grande entusiasmo pelo método comparativo (Freeman, 1873: 1; 302). Com o passar do tempo, como comentei, as hipóteses de McLennan também entraram em choque com a rocha dos fatos etnográficos. Como mostram seus cadernos – e é interessante compará-los aos cadernos posteriores de Frazer – o que então se sabia a respeito de povos primitivos era ao mesmo tempo insuficiente e deficiente demais para sustentar grandes generalizações de qualquer tipo, menos ainda as do tipo que ele almejava. Além disso, foi demonstrado posteriormente, por estudos comparativos em escala mundial, que não é possível para um pesquisador individual, nem mesmo para uma equipe de pesquisadores, exercer o controle necessário em relação às fontes etnológicas para culturas e sociedades tão numerosas e tão heterogêneas. Isso foi-se tornando, e continua se tornando, cada vez mais difícil, conforme tem crescido o material etnográfico, tanto em volume quanto em complexidade.

Aqui deve ser feita uma referência a Herbert Spencer, cuja contribuição à reflexão acerca de nosso tema foi tão considerável quanto ignorada posteriormente. Oito partes de sua Sociologia Descritiva, iniciada alguns anos antes, foram publicadas entre 1873 e 1881; a publicação o deixou praticamente arruinado, e teve de ser interrompida. Sua ideia era mostrar como fenômenos sociais se agrupam, organizando os dados de todas as sociedades humanas em tabelas, com entradas que permitissem a comparação rápida. Os resultados do procedimento quanto a alguns tópicos foram apresentados nos dois volumes de *Os Princípios da Sociologia* (1882-3). Spencer fez um tremendo esforço para demonstrar que todas as sociedades humanas pertencem a uma de duas classes: a militar (que ele detestava), cujas características são a imposição da cooperação social pela força e relações sociais marcadas pelo status, e a industrial (que aprovava), cujas características são a cooperação social voluntária e relações sociais contratuais. Uma tipologia tão simplista, contudo, é dificilmente sustentável, e ainda que tal distinção pudesse ser feita para definir tipos ideais, teria de ser refinada para ter utilidade. Sendo assim, ousou dizer que nada muito significativo emergiu de sua tentativa de mostrar que há congruências (uma de suas palavras favoritas) entre o tipo militar de sociedade e a poligamia, a desvalorização das mulheres e cerimonialismos de todos os tipos (obediências, títulos, insígnias etc.), bem como entre o tipo industrial e a monogamia, o status elevado das mulheres e a relativa ausência de cerimonialismos. Quando os fatos contrariam de modo evidente sua tese, ele também tem sua pequena fórmula de proteção. Por exemplo: Spencer acreditava que sua amostra de cinquenta e dois povos confirmava sua hipótese de que a mutilação física surge como sinal de sujeição e que, portanto, deve existir uma conexão entre sua extensão e gravidade e o tipo social; que não são características de sociedades simples, mas de sociedades que ele chamava de compostas, com organização militar e órgão político (e a subordinação que o acompanha). Quando os fatos não sustentam sua afirmação, como ocorre com os bosquímanos e os australianos, responde com a alegação de que esses povos decaíram de um estado social superior. Por maior que seja nossa admiração pelo esforço e pela integridade intelectual de Spencer, tais conclusões são, para dizer o mínimo, simplificações extremas. As classificações se baseiam em aproximações qualitativas bastante toscas, assoladas, como todos os seus escritos, por

analogias biológicas geralmente inapropriadas; e as congruências, fundadas em evidências fracas e selecionadas, são duvidosas, e tão vagas e gerais que ninguém jamais conseguiu utilizá-las. Essas evidências foram tabuladas em Sociologia Descritiva, que, até onde sei, ninguém desde então usou ou teria interesse em usar para fazer comparações, tendo em vista tanto a estranheza do sistema de classificação quanto a pobreza de informação etnográfica naquele tempo. O volume sobre a África foi atualizado por meu velho amigo Emile Torday até 1930, mas parece ser de pouca utilidade; e a coisa toda foi encerrada pelo espólio de Spencer. A série é uma mina abandonada de informações.

Tylor achava, como disse na famosa conferência de 1888 (vinte e três anos após o livro de McLennan) - “Um método de investigação do desenvolvimento das instituições, aplicado a regras de casamento e descendência” - que a antropologia nunca seria aceita por cientistas reputados enquanto seu método de análise não fosse mais rigoroso e pudesse apresentar seus resultados em números – o que tem sido chamado, sem muita precisão, de estatística (coisa que McLennan não tinha feito e Spencer, muito pouco). Seu objetivo era mostrar que o desenvolvimento das instituições pode ser investigado com base em classificação e tabulação. Ele examinou a literatura a respeito de cerca de trezentos e cinquenta povos diferentes buscando suas regras de casamento e descendência e as organizou em tabelas, para estabelecer o que chamava de ‘aderências’, correlações, como se costuma dizer (as ‘congruências’ de Spencer). Isto é, dado um determinado costume, outros costumes são encontrados com ele num número de casos suficiente para tornar improvável que a associação seja mera coincidência. Ele acreditava que com isso teríamos estabelecido explicações causais de validade universal. Empregando esse procedimento, percebeu que o costume da “evitação” estava relacionado a formas de residência, e o costume da “tecnonímia” a ambos (não dava atenção aos nomes femininos depois da primogênita).² Tratou de outros costumes do mesmo modo: levirato (ele não distinguia levirato de herança de viúvas entre irmãos), couvade, casamento por rapto, exogamia e a terminologia do sistema classificatório de parentesco. O objetivo principal era sempre provar que todas as sociedades invariavelmente passaram de instituições ‘maternas’ para ‘paternas’.

Colocam-se sérias objeções ao uso do método comparativo por Tylor, que também apresenta problemas que não são de fácil solução. Quando se apresenta uma ocorrência negativa, por exemplo, se a patrilocalidade e a evitação dos sogros pelo genro são encontradas juntas – como acontece frequentemente – ele tenta contornar a dificuldade como McLennan, de um modo que, parece-me, contradiz toda a sua concepção de “adesões”. Diz que se trata de uma sobrevivência (para ele uma noção “geológica”) de um estágio de matrilocidade. Porém, segundo sua própria demonstração, o modo de residência é a constante e evitação a variável, e gostaríamos que nos explicasse porque, quando a constante mudou, a variável não mudou também, e porque aquilo que sobreviveu em algumas sociedades não sobreviveu em outras. Além disso, como sua principal intenção era mostrar

² N.T.: Tecnonímia: costume de designar um parente citando o filho (pai ou mãe de fulano), dizem dicionários. Etnografias registram também outras fórmulas de designar pessoas a partir de sua relação com outras, empregando termos de parentesco

que todas as sociedades passam de um sistema ‘materno’ para um sistema ‘paterno’, é preciso observar que alguns de seus melhores exemplos de princípio materno, como os Nayar, os Minangkabau e os Iroqueses, estão muito longe de serem os mais primitivos dos povos; e, em segundo lugar, que é duvidoso que haja na história um exemplo seguro sequer de realização dessa transição, excetuando os locais onde recentemente os laços de parentesco tem tendido ao rompimento, como ocorre em condições urbanas e industriais modernas. E assim, como fez notar Galton na época, é essencial que o grau de independência relativa dos costumes comparados seja conhecido, pois podem derivar de uma origem comum e serem cópias de um mesmo original, como no caso, digamos, da expansão da língua inglesa ou do sistema parlamentar. Além disso, como observou também Flower na época, é óbvio que o método depende inteiramente de as unidades de comparação serem de valor equivalente. Por exemplo: “monogamia” entre os Vedas do Ceilão e “monogamia” na Europa ocidental são unidades do mesmo tipo? “Monoteísmo” no Islã é equivalente a “monoteísmo” entre os pigmeus? Existe ainda a dificuldade suplementar de determinar o que é um grupo para efeito de tabulação: os Aborígenes australianos devem ser considerados como um grupo ou vários? Os chineses e os ingleses serão contados como unidades, enquanto tal equivalentes a uma horda penan? Assim, nunca fiquei convencido de que concordâncias “acima do nível do acaso” em assuntos como esses têm o significado que lhes atribuía Tylor. Resta ainda a questão de saber se as correlações que ele acreditava ter estabelecido não seriam entre fenômenos concretos, não discretos; se ele não teria, pelo menos em alguns casos, desmembrado conjuntos e então demonstrado que partes desses conjuntos, isoladas por ele, andavam juntas. Se suas pesquisas tivessem demonstrado que a distribuição das bananas é também a da couvade, ou a do levirato a mesma que a das línguas monossilábicas, “acima do nível do acaso”, poderia ter realmente colocado problemas. Do modo como é, poder-se-ia dizer que as conclusões a que chegou por tratamento estatístico eram previsíveis. Existem ainda algumas deficiências que é preciso mencionar. Não se pode pedir tudo de um esforço pioneiro, mesmo quando feito por uma mente potente e original, mas é justo dizer que se correlações podem ser convincentemente demonstradas como significativas será preciso ir além de semelhança e diferença e demonstrar variação concomitante. Bem, Tylor nunca publicou os dados que o levaram a suas conclusões, de modo que não sabemos quais foram suas fontes nem quais povos foram incluídos em seus cálculos (localizar alguns dos de Spencer é uma árdua tarefa). Conseqüentemente, não há nenhum meio de verificar a precisão dos resultados alegados. Finalmente, uma outra dificuldade com que se deparam todos os que tentam comparar coisas (costumes) em lugar de qualidades ou aspectos das coisas é que elas podem – às vezes devem – ser semelhantes em certas características e diferentes em outras, de modo que a classificação que necessariamente precede a comparação depende dos critérios selecionados. Se outros critérios tivessem sido selecionados, a outras conclusões se teria chegado.

Apenas menciono aqui o nome do brilhante e erudito sociólogo holandês, S. R. Steinmetz, que no final do século passado também procurou compilar um vasto conjunto de registros de sociedades e culturas do mundo na esperança de que a análise quantitativa permitisse chegar a conclusões significativas. Não se pode dizer que o próprio Steinmetz,

mesmo em seu grande trabalho *Ethnologische Studien zur ersten Entwicklung der Strafe* [Estudos etnológicos sobre os primeiros desenvolvimentos da pena (sentido jurídico)] (1894), um estudo da vingança e de rixas em sociedades primitivas, tenha demonstrado nenhuma correlação importante baseada nos excertos de literatura etnológica a que se dedicou com tanta diligência; tampouco sua utilização por seus pupilos. Falaremos agora de um deles, Nieboer, cujo trabalho, publicado em inglês como *Slavery as an industrial system* [A escravidão como sistema industrial] (primeira edição 1900), é um modelo desse tipo de pesquisa. Ele mostra que o tipo de escravidão que investiga não é encontrado entre caçadores e pescadores, à exceção dos índios da costa setentrional da Califórnia, onde se verificam condições especiais, particularmente a abundância de alimento; nem entre pastores, porque entre esses povos a escravidão não seria vantajosa e poderia até ser desvantajosa. Tampouco é encontrada onde é preciso capital para obter alimento – como cães e trenós entre os esquimós – ou onde toda a terra foi apropriada – como na maior parte das ilhas da Oceania –, porque quem não tem capital para explorar recursos ou não tem recursos para explorar é forçado a trabalhar para outrem. Em tais condições, existe trabalho livre e não é preciso obrigar ninguém, ao passo que, onde o sustento pode ser obtido pelo trabalho de cada um com sua família, a força tem de ser usada para fazer uma pessoa trabalhar para outra. Esse é o tema principal de Nieboer e suas conclusões, de seu ponto de vista, tinham sido inspiradas pelo estudo da história econômica da Inglaterra e da Alemanha. Todas as velhas dificuldades estão presentes, contudo: inadequação das fontes (tratadas com cautela crítica, é verdade); dificuldade de definição (distinção entre escravidão e servidão, por exemplo) e também de classificação – faz sentido colocar os índios da Califórnia, culturalmente desenvolvidos, na mesma classe que os aborígenes australianos? Temos de notar mais uma vez a grande complexidade dos fatos ou, em outras palavras, o grande número de fatores em jogo, vários deles não-econômicos (como Nieboer reconhece), que leva a duvidar de que a correlação entre escravidão e certos estados econômicos seja sustentável. Para dar um exemplo negativo, sua tese não parece ser corroborada, ainda que os fatos permaneçam um tanto obscuros, pela história da escravidão em Roma (Westermann, 1955; Finley, 1960). De modo que muitas ressalvas têm de ser introduzidas e é preciso dizer, novamente, que seja como for as conclusões não acrescentam muito ao que se poderia prever, por mais que a confirmação possa ser útil: via de regra, não há escravos onde eles não têm utilidade.

Um dos méritos do tratado de Nieboer é afastar-se dos pressupostos evolutivos que prejudicavam o tratamento dos fatos por McLennan, Spencer e Tylor. Ele afirma expressamente que sua classificação dos tipos econômicos, ou melhor, bionômicos, serve para a investigação de um dos estados, e não de estágios. O mesmo ocorre com o volume publicado por Hobbhouse (herói epônimo desta conferência), Wheeler e Ginsberg em 1915 (vinte e um anos após a conferência de Tylor e cinquenta anos após o livro de McLennan): *The Material Culture and Social Institutions of the Simpler Peoples. An Essay in Correlation* [A cultura material e as instituições sociais dos povos simples. Um ensaio em correlações]. Tratava-se de uma tentativa renovada de estabelecer correspondências entre estados econômicos em sentido amplo, sobretudo bionômicos, e determinadas instituições sociais, na mesma linha do estudo de Nieboer, mas cobrindo uma gama de temas muito mais ampla.

A investigação era limitada a povos entre os mais arcaicos *Naturmenschen* [povos da natureza] até o início das civilizações históricas – mais de seiscentos. Chegou a conclusões como: há evidências claras de avanço na organização do governo e da justiça pública acompanhando o desenvolvimento econômico; de modo geral, matrilinearidade e matrilocidade predominam entre povos caçadores, patrilinearidade e patrilocidade claramente entre os pastores, enquanto princípios matrilineares e patrilineares têm uma distribuição equilibrada entre povos agricultores – os números desmentem a conexão por vezes afirmada entre agricultura e sistema materno; o casamento com dote cresce visivelmente com o avanço da cultura econômica, de modo mais acentuado nos estados pastoris do que nos agrícolas; a prática da poligamia se amplia com o desenvolvimento industrial e atinge seu ápice no estado pastoril; a posição das mulheres é desfavorecida em todas as sociedades primitivas, embora seja ligeiramente melhor em sociedades agricultoras do que em sociedades caçadoras, e de modo geral pior entre pastores; a guerra organizada se desenvolve com o avanço da indústria e da organização social em termos gerais, assim como o servilismo (escravidão e servidão) e a nobreza; a distribuição do canibalismo “real” é mais regional do que cultural; o infanticídio parece diminuir com o avanço da cultura, especialmente no grupo pastoril; o princípio da posse coletiva da terra predomina nos primeiros estados da cultura e mantém ligeira preponderância entre povos pastoris.

Declaro meu respeito aos autores desse livro notável, especialmente por não terem tentado fazer afirmações exageradas e por não terem ignorado os casos negativos com a desculpa enganosa da sobrevivência; mas não acho que os resultados correspondam ao labor dedicado a obtê-los. Mencionei há pouco as dificuldades envolvidas em cálculos desse tipo. A principal delas são os dados caóticos, incompletos e não-confiáveis – mesmo os trabalhos mais sistemáticos que foram feitos entre 1888 e 1915 seriam hoje considerados com muitas reservas – e foram incluídos no levantamento povos acerca dos quais se sabia muito pouco. Ademais, a vasta escala da investigação não permitia aos autores o exercício do necessário controle das fontes. Se me permitem mencionar um exemplo de minha própria área de pesquisa, os Azande da África Central, nomeados “Niam Niam”, acerca de quem Schweinfurth é apresentado como autoridade - que não é -, são listados como três (Azande, Niam Niam, Adio), talvez quatro (Abandia) povos diferentes, com diferentes nomes nas tabelas. Persistem os velhos problemas de isolar as unidades a serem comparadas, determinar se instituições pertencem à mesma classe, considerar a possibilidade de origem étnica comum. Acrescenta-se o problema de determinar a influência de outros fatores – social, ecológico, racial³ – para saber o quão significativa pode ser considerada uma correlação estatística entre estados de desenvolvimento cultural e a incidência numérica de um determinado costume ou instituição. Os autores tinham plena consciência de tais dificuldades, e reconheciam na primeira página que “praticamente não existe nenhuma generalização sociológica que não esbarre em algum fato atípico se alguém se dispuser a encontrá-lo” (Hobhouse, 1961: 1). Volto a enfatizar que de modo geral, estudos desse tipo

³ N.T.: Termo cujo sentido aqui não remete fenótipos, mas ao compartilhamento, por conjuntos de povos, de história, língua e certas características. Corresponde mais ao sentido corrente de “etnia” do que de “raça”.

ou chegam a conclusões que teria sido possível prever – como por exemplo a de que existe uma certa correspondência entre avanço econômico e desenvolvimento de governo, justiça, guerra, escravidão, nobreza e posse individual e hierarquizada da terra – ou a correlações que, se tem algum significado, não revelam as causas – como por exemplo: por que entre povos pastoris as mulheres ocupam uma posição inferior, o princípio patrilinear predomina, a poligamia atinge seu auge e o infanticídio e o canibalismo são praticamente desconhecidos? O método da correlação estatística só coloca questões, não é capaz de respondê-las.

O uso estatístico do método comparativo e em escala planetária foi abandonado neste país e parece estar obsoleto na Holanda. Contudo, na Inglaterra, o estabelecimento de leis ou universais, no sentido de proposições que não têm exceção, por meio de análise comparativa, continuou sendo defendido por Radcliffe-Brown, um dos mais dedicados e influentes professores de nossa disciplina, embora ele não utilizasse estatísticas e sua versão do método comparativo fosse na prática basicamente um retorno ao método ilustrativo. Devo dizer, lamentavelmente, que Steinmetz teria tachado muito do que ele escreveu de especulação infundada e Nieboer o teria considerado como exemplo daquilo contra o que protestava veementemente - o hábito caprichoso de certos escritores de imaginar alguma explicação plausível de algum fenômeno social e então sair em busca de ilustrações que parecem confirmá-la, deixando de lado o restante do material relativo ao tópico em pauta. Menciono alguns breves exemplos. Em seu artigo de juventude “O irmão da mãe na África do Sul”, ainda que estivesse certo ao desafiar o conceito de sobrevivência, sua contribuição positiva não me parece ser, como foi dito por alguns, um modelo de procedimento científico; muito pelo contrário. Ele tenta mostrar que, segundo o que chama de princípio de equivalência de siblings, o sentimento de ternura para com a mãe é estendido ao irmão desta, e o de respeito em relação ao pai para a irmã deste, mas nesse artigo não faz nenhum esforço para relacionar essa suposta extensão ao sistema de parentesco como um todo (por exemplo, o irmão da mãe é também o irmão da esposa do pai), ou a direitos de propriedade, autoridade política e assim por diante. As evidências são selecionadas e além disso restritas a cinco ilustrações (as fontes para duas das sociedades não são indicadas), e todos os demais povos do mundo são ignorados, apesar de todos terem filhos de irmãs e irmãos de mães. Goody chamou recentemente a atenção para algumas dessas deficiências (cf. Goody, 1959: 61-88). O argumento não é senão uma redescrição circular e, de todo modo, é invalidado por evidências de outras sociedades, particularmente pela posterior e detalhada informação de Malinowski sobre os trobriandeses. Em outro ensaio, Radcliffe-Brown (cuja visão da relação entre sociologia e história é, vale lembrar, a de Comte e de teóricos marxistas) nos diz que a forma que a religião assume é determinada pela forma da estrutura social, de modo que se pode esperar encontrar o culto dos antepassados onde há sistemas de linhagem, como na China ou na Roma antiga, por exemplo. Mas existem muitas sociedades com culto aos antepassados sem nenhum sinal de sistema de linhagem; e o mais perfeito exemplo de sistema de linhagens talvez seja o dos beduínos, que são muçulmanos. Em outro ensaio, ele afirma que onde as pessoas dependem basicamente de caça e coleta para sua subsistência, animais e plantas se tornam objeto de “atitude ritual”, sendo esse um caso particular de uma lei geral, segundo a qual todo objeto ou evento que tem efeitos importantes no bem-estar

material ou espiritual de uma sociedade tende a tornar-se objeto de “atitude ritual”. Mas isso não procede, a não ser que entendamos por “atitude ritual” qualquer tipo de atenção, privando a expressão de qualquer sentido preciso. Poderia pensar num sem-número de exemplos contrários, mas apresento apenas um: Needham nos diz que os Penan não têm nada que se possa chamar de atitude ritual para com a palmeira-sagu, embora ela seja essencial para a sua sobrevivência. A lei geral, enunciada com tanta tranquilidade, ignora, ao ser aplicada aos fenômenos totêmicos, uma enorme quantidade de dados etnográficos, particularmente na África, que contrariam a tese proposta. Os dados relativos a povos pastoris e agricultores tampouco a sustentam. Um último exemplo: ele diz que em sociedades divididas em metades, estas se encontram em estado de oposição equilibrada, sendo oposição definida como “combinação de acordo e desacordo, solidariedade e diferença”. Mas poderia ser diferente? A afirmação é um truísmo contido na definição de metades, e o mesmo poderia ser dito de qualquer grupo social. Tais generalizações, assentadas numas poucas ilustrações selecionadas, ou são gerais a ponto de não significarem nada ou, quando formuladas com maior precisão, assentam-se sobre uma base muito tênue de evidências e não levam em conta as evidências contrárias. Posso aqui citar Kroeber, sobre o velho dilema do sociólogo: “quando encontra uma fórmula à qual ninguém pode opor exceções, ela se tornou tão essencialmente lógica, tão distante dos fenômenos, que ninguém sabe ao certo o que fazer com ela.” (Kroeber, 1935: 561)

É mais do que evidente que, além de ser possível demonstrar a validade mais ou menos restrita de tais hipóteses, quanto mais amplo o seu escopo, quanto mais universais objetivam ser, mais vagas se tornam as abstrações. Pode-se inclusive propor que qualquer pretensão à universalidade busca na natureza das coisas uma explicação histórica ou psicológica, e não sociológica, e fere o objetivo sociológico, que é mais explicar diferenças do que semelhanças. Por exemplo, se é possível mostrar que há um número limitado de temas nos contos de fada – ou até mesmo um tema único – considerando sua estrutura funcional (Propp, 1958 [1928]), então uma explicação a partir de uma tipologia institucional não será adequada, a não ser que se possa mostrar que contos estruturalmente similares significam coisas muito diferentes para povos diferentes, e será preciso apresentar provas. Quanto maior a universalidade almejada, não apenas mais frágil se torna a interpretação causal como aumenta a perda de conteúdo sociológico.

Gostaria de enfatizar a importância das diferenças para a antropologia social enquanto disciplina comparativa, pois é possível dizer que no passado a tendência dominante foi de enfatizar as semelhanças, como fica claro em *O Ramo de Ouro*, quando são as diferenças que parecem pedir explicação sociológica. Há uma outra questão implicada nessa, pois as instituições têm de ser semelhantes em certos aspectos antes de poderem ser diferentes em outros, mas a ela não posso me dedicar aqui. Posso apenas indicar o que tenho em mente com uma ilustração. Quando estudamos povos mediterrâneos, talvez devamos dar menos atenção às semelhanças entre eles, que podem ter explicações raciais⁴, geográficas, psicológicas e históricas, e mais às diferenças, em relação às quais uma explicação sociológica

⁴ N. T.: Étnicas, diríamos hoje, como comentado em nota acima.

tem mais chances de ser relevante. Perguntamo-nos como gregos diferem de espanhóis e italianos, ou espanhóis de italianos e gregos; mas perguntamo-nos por quê?

O tipo de uso do método comparativo que vimos considerando ainda está em voga nos Estados Unidos, onde é atualmente chamado de abordagem *cross-cultural*. O *Social Structure* [Estrutura social] (1949) de Murdock é o exemplo mais conhecido. Uma crítica completa desse livro exigiria longas considerações; não acho que mereça. Suas classificações e definições terminológicas áridas são, a meu ver, de muito pouca utilidade. Ainda que possa servir como guia da frequência e distribuição de costumes, diante de suas conclusões, poderíamos perguntar, junto com Köbben (que cobriu competentemente muito no terreno no qual sigo seus passos), se o jogo valeu a vela. De modo que concordo com Franz Steiner, Schapera, Needham e outros em sua apreciação do livro, de que está cheio de contradições e de assertivas e suposições sem suporte factual. A pesquisa estatística em duzentas e cinquenta sociedades exhibe, além das deficiências já mencionadas – amostragem reduzida, determinação tosca das unidades, critérios de classificação arbitrários e inadequados –, um uso das fontes inacreditavelmente acrítico. Na maior parte dos casos, apenas uma referência é usada para cada povo, e referências boas, ruins e irrelevantes – visivelmente todas em inglês – são amalgamadas como se tivessem o mesmo valor enquanto fontes. E a mesma fonte é usada, sem nenhuma tentativa de avaliar sua qualidade, para vários povos. Se os fatos são falsos ou duvidosos, o que dizer das conclusões? Darei apenas dois exemplos. Lemos que entre os Kababish do Sudão (Murdock, 1949: 48) “a introdução do Islã destruiu a exogamia de sibs ao introduzir o casamento preferencial com a filha do irmão do pai”. Em que fatos se baseia essa afirmação? E o que isso pode querer dizer, afinal?

Agora farei novamente meu teste dos Azande. Por que tomar como autoridade sobre esse povo os Seligman (por quem tenho um respeito afetuoso e profundo), que nunca estiveram na terra zande nem perto dela? E mais: se alguém tentar descobrir se os Azande ou qualquer outro povo foi computado nas tabelas, isso só é possível, em alguns casos, com muito trabalho; em outros casos, é simplesmente impossível. A afirmação de que “alguns zande da alta nobreza podem se casar com as próprias filhas” (:13), por exemplo, não é correta, na medida em que todos os membros do clã régio – milhares de homens – podem coabitar com suas filhas se assim desejarem, e além disso cabe indagar se isso constitui casamento, em qualquer caso. Depois, os Azande são listados como um povo no qual “não há registro” de clãs, mas os Seligman (:500-1) fornecem todas as informações necessárias para o cômputo nessa tabulação – é irônico notar que os Seligman afirmam que “são muitíssimos os clãs zande”. Eu poderia mencionar muitos outros exemplos de utilização falha das fontes; atenho-me aos Azande, agora citando Horton, um dos seguidores de Murdock. Köbber, de cujo artigo extraio a referência (: 143), afirma que ele fornece muitos exemplos de quase-exatidão, e apresenta um, especialmente notável, relativo a esse povo. Horton cita os Seligman (:516) para dizer que desde que a dominação europeia lhes foi imposta, as relações sexuais entre pessoas não-casadas (moças solteiras, é o que quer dizer) não são penalizadas. Não fornece nenhuma fonte para essa afirmação e, além disso, a observação é tirada de um contexto que deixa claro que, quando os Seligman escreveram, tais relações eram adúlteras na medida em que as jovens moças eram quase todas casadas no sentido legal

(zande) do termo. Devo dizer que considero esse tipo de tratamento dos fatos extremamente insatisfatório. E finalmente, tenho a dizer que considero o paradigma de evolução social de Murdock ininteligível, apesar de ter feito esforços consideráveis para entendê-lo.

Passaram-se oitenta anos entre a publicação dos livros de McLennan e de Murdock, e é legítimo nos perguntarmos o que se conseguiu nesses quase cem anos de tentativas de formular leis gerais na antropologia social por meio da comparação de instituições em escala mundial e particularmente usando estatísticas. A meu ver, muito pouco de alguma valia; muito pouco, considerando o trabalho. Outros compartilham minha opinião, tanto que se esforçaram para usar o método comparativo com maior rigor, restringindo a investigação a determinados tópicos, ou a sociedades de um certo tipo, ou ambos. Todos admitem que tais limitações apresentam suas próprias dificuldades iniciais: por exemplo, se forem comparadas sociedades de mesmo tipo estrutural, pode-se descobrir que apresentam uma enorme variação cultural, e se todas pertencerem ao que tem sido chamado de área cultural, pode-se encontrar nelas grande diversidade estrutural. Circunstâncias em que as sociedades comparadas têm muito em comum do ponto de vista estrutural, cultural e de meio ambiente pareceriam fornecer a melhor oportunidade de tratamento comparativo minucioso e controlado, intensivo, à diferença de um estudo estatístico; mesmo assim, algumas das dificuldades já mencionadas permanecem, como a variação na qualidade e adequação dos dados.

Durkheim preferia esse procedimento ao lidar com material etnográfico, considerando que garantia um grau maior de precisão do que um amontoado de informações do mundo todo, frequentemente incorretas, isoladas de seus contextos e não passíveis de controle pelo pesquisador. Talvez tenha sido guiado nisso pelo exemplo de seu professor, Fustel de Coulanges. Seu estudo da religião dos aborígenes centro-australianos exemplifica esse uso restrito do método comparativo em circunstâncias mais favoráveis, assim como os ensaios de Mauss sobre os esquimós e de Hertz sobre a representação da morte. Em nosso país, poderíamos mencionar como exemplos os estudos de Maine sobre as instituições legais indo-europeias e de Robertson Smith sobre sacrifício e estrutura social semitas.

Vários de nós – Schapera, Eggan, eu mesmo e outros – têm mais recentemente defendido esse tipo de investigação comparativa intensiva em escala restrita como a que tem maior probabilidade de produzir resultados iniciais significativos. Schapera escolheria com esse intuito regiões geográficas, tendo em mente principalmente a área em que ele mesmo realizou pesquisa notável, a África do Sul; sem dúvida, a delimitação regional é adequada quando corresponde a afinidades culturais – línguas aparentadas e assim por diante. Não seria tão adequada numa área em que eu mesmo concentrei minhas pesquisas, o Sudão meridional, dada sua grande diversidade cultural e social. Seria, portanto, preciso fazer um recorte dentro da área, os povos nilotas, por exemplo; mas descobri que mesmo eles são um grupo heterogêneo demais para uma comparação intensiva, em termos de meio ambiente, cultura e história, além de os dados serem de qualidade desigual e fragmentários, o que impede a obtenção de resultados significativos. Mesmo quando tentei fazer um estudo comparado apenas dos povos nilotas setentrionais mais bem conhecidos, não consegui chegar a nenhuma correlação que julgasse suficientemente interessante para registrar. No

conjunto, por mais irrepreensível que seja o método, não creio que muito tenha sido conseguido com esse tipo de comparação em outras regiões além de uma classificação bastante elementar de tipos, mais passível de levar a conclusões históricas do que a leis como as das ciências naturais, que antropólogos almejaram atingir utilizando o método comparativo. Esse tem sido o objetivo declarado com crescente rigidez desde Montesquieu (ou Comte, se preferirem) até o presente, notadamente em pronunciamentos metodológicos de Radcliffe-Brown, sem o apoio de evidências etnográficas adequadas; declarado e atingido, por meio do que considero como um tratamento estatístico duvidoso, por Murdock, ao afirmar que os elementos da organização social “conformam-se a leis naturais próprias com uma precisão não menos notável do que as que caracterizam as permutações e combinações de átomos na química ou dos genes em biologia” (:183; 259; 283).

É verdade que as restrições na utilização do método comparativo deram aos estudiosos maior controle sobre seus materiais, mas também é preciso dizer que, quanto menor o número de casos, menos se pode ter certeza de que uma correlação não é mera associação ou coerência lógica, ou consistência moral, equivocadamente tomada por interdependência funcional. Um exemplo. Nos esforços louváveis de Gluckman para provar que a rebelião e outras formas de conflito servem para manter a supremacia da realeza e que o grau de estabilidade do casamento é determinado pela forma da estrutura social, está implícito o argumento de que se isso ocorre nas sociedades sobre as quais está escrevendo – e não estou convencido de que seja o caso, mesmo na forma modificada da primeira tese que ele apresentou mais recentemente – as conclusões devem ter validade geral. Afinal, de que outro modo seria possível acrescentar provas de que as supostas correlações têm algum significado? É legítimo dizer, parece-me, que estas não iluminam as lutas pelo poder entre os carolíngios, ou as taxas relativas de divórcio na Inglaterra e na Espanha modernas. Evidentemente, nenhuma lei geral pode ser estabelecida por tal procedimento. A proposta de Durkheim e Mauss de que um experimento bem controlado é suficiente para chegar a uma lei sociológica, no que concerne à antropologia social, não convence. Uma hipótese, certamente, mas não uma lei, se entendermos por “lei” uma generalização sem exceções. Basta que seja encontrada uma única ocorrência negativa que não pode ser explicada em termos daquela formulação para que tenha de ser descartada ou reformulada. Não é preciso procurar muito para encontrar esse tipo de ocorrência.

Acatadas tais reservas, é possível sustentar que estudos comparativos de pequena escala têm sido mais frutíferos do que os estatísticos de larga escala. Indo mais longe, é possível afirmar que um estudo intensivo de uma única sociedade pode se mostrar mais iluminador do que a comparação em qualquer escala que seja, pois, como devem ter percebido todos os que passaram pela experiência, uma teoria que não pode ser bem testada pela observação de campo dificilmente será testada com rigor comparável pela pesquisa bibliográfica. A informação necessária para resolver um problema costuma estar ausente, porque a questão não havia sido formulada quando os registros mais antigos foram feitos. Malinowski é um desses casos. Depois de ter feito a pesquisa em Trobriand, era quem menos ligava para o método comparativo, mas não parece ser exagero afirmar que seu registro das instituições trobriandesas valeu mais para o desenvolvimento da antropologia social do que

todos os estudos comparativos ambiciosos que o precederam, fosse apenas porque demolia muitas proposições sociológicas que dominavam essa área havia muito tempo e ainda estavam bem arraigadas. Ademais, seria difícil refutar a possível afirmação de que os avanços mais significativos desde então advêm mais de estudos particulares do que das pesquisas comparativas de que vimos falando; e seria possível sugerir que isso se aplica especialmente ao seu segundo trabalho de campo, em que a comparação não é aquela implícita, entre a sociedade do próprio antropólogo e a que está investigando, mas entre duas sociedades primitivas, dois modos de vida e de pensamento que experimentou.

De fato, existe o perigo de uma vez esgotado o capital teórico do passado, o assunto se esfacelar numa série de estudos etnográficos isolados, e se isso acontecesse não haveria lugar para a antropologia social como disciplina científica específica. Radcliffe-Brown levantava uma questão séria quando escreveu que “sem estudos comparativos sistemáticos, a antropologia irá se reduzir a historiografia e etnografia” (Radcliffe-Brown, 1951: 6). Percebe-se claramente o que ele queria dizer; mas não me parece que ele tenha se aberto para o fato de que os estudos antropológicos estavam tomando caminhos diferentes do tipo de comparação bibliográfica a que ele estava acostumado e que, pelo menos em seus últimos anos, praticava. A pesquisa bibliográfica estava – e continua – recuando diante do que em outra ocasião chamei – talvez inapropriadamente – de método experimental; que obviamente é um tipo de método comparativo, já que não existe outro método, mas um tipo diferente, e que me parece mais concordante com os procedimentos corriqueiros das ciências naturais; e essa passagem da pesquisa bibliográfica comparativa para a pesquisa de campo experimental é claramente um dos mais importantes movimentos na antropologia social neste século. Por exemplo: escrevi um livro sobre a feitiçaria entre os Azande; outras pessoas podem fazer – algumas já fizeram – estudos sobre a feitiçaria em outras sociedades, à luz dos quais será possível saber se algumas de minhas conclusões podem ter aplicação geral e outras – supondo que as observações e interpretações estejam corretas – valem apenas para a sociedade zande, ou para algumas sociedades, mas não para outras. Se um número suficiente de estudos sobre esse assunto for feito, poderemos chegar a conclusões gerais a respeito dele, às quais eu não daria, no entanto, o status de leis universais. Não vejo que outro procedimento poderia ser adotado. Nem preciso dizer que só pode dar bons resultados se cada pesquisador tiver ciência de – e estiver disposto a testar - hipóteses propostas por outros, em vez de simplesmente ignorá-las em sua contribuição, como fez Kluckhohn em seu estudo sobre a feitiçaria navaho, ignorando meu estudo anterior. Posso dar mais um exemplo de meu próprio trabalho? Quando comecei a estudar os Azande, logo ficou evidente que em vários aspectos, no tocante a encantamentos e mitos, sua magia era muito diferente do que Malinowski enfatizara como sendo característico da magia em Trobriand. Sugeri que as diferenças talvez pudessem ser explicadas pelas diferenças nas regras de posse da magia. Era uma hipótese bem limitada, e se estava correta ou não eu não sei, porque embora fosse muito fácil para qualquer pesquisador em campo testá-la, passaram-se trinta anos e, até onde sei, ninguém a submeteu a teste. Obviamente, pouco se pode avançar a não ser que cada nova pesquisa seja feita em relação a hipóteses, para confirmá-las, rejeitá-las ou modificá-las. Sugiro que é tentando resolver pequenas questões, e não buscando fazer amplas

generalizações, que faremos progresso. De modo fragmentar e aos poucos, é verdade, mas firmemente assentados em fatos etnográficos.

Isso me traz a observações finais. Suponho que ninguém discorde de que o único método na antropologia social é observação, classificação e alguma forma de comparação. Isso pode ser considerado axiomático. Não há nada de fundamentalmente diferente em termos de método entre o que Montesquieu aplicou e o que Radcliffe-Brown e outros têm dito a respeito. Mas lá se vão duzentos anos desde a redação de *L'Esprit des Lois* [O espírito das leis] e, mais uma vez, podemos nos perguntar o que se conseguiu usando o método comparativo, sob qualquer forma, ao longo de todo esse tempo. Certamente pouco que se possa aclamar como leis comparáveis às que as ciências naturais formularam nesse período. Não estamos mais perto da *mathématique sociale* [matemática social] imaginada por Condorcet, nem das leis de sucessão e coexistência que Comte acreditava que seriam reveladas pelo uso da *méthode historique* [método histórico] (o método comparativo). O método não rendeu os tão esperados resultados.

Por que razões? O método é sempre o mesmo em todas as ciências; é nas técnicas que varia, já que tipos de fenômeno diferentes requerem tratamento diferente. Mas então por que as ciências sociais ficaram para trás? Foi dito algumas vezes que conseguiríamos estabelecer as leis da vida social quando dispuséssemos de mais fatos, mais bem registrados; mas parece ocorrer o contrário. Era fácil para os antropólogos especular acerca de instituições primitivas quando pouco se sabia a respeito delas. Não é tão fácil hoje, quando contra-exemplos, atestados por pesquisa profissional competente, saltam de todos os lados, desafiando qualquer teoria geral. Aqui podemos aprender algo com a historiografia. Como observou Collingwood, os historiadores positivistas costumavam partir da ideia de que quando tivessem sido coletados fatos históricos suficientes, as leis da história emergiriam, mas enquanto se empenhavam alegremente em coletar montanhas de fatos novos, acabaram esquecendo as leis.

A complexidade dos fenômenos é outra razão apresentada para explicar o lento progresso da antropologia social. Comte, que com toda a sua prolixidade tinha um claro entendimento do método científico, disse que na hierarquia das ciências, cada uma delas só podia se estabelecer quando aquela abaixo tivesse fundações firmes e que, visto que a sociologia é a rainha das ciências, no topo da hierarquia, foi a última a surgir, pois teve de esperar pelo desenvolvimento da psicologia – ou o que ele chamava de fisiologia cerebral. A razão para essa sucessão das ciências, com a matemática numa ponta e a sociologia na outra, é que os fenômenos estudados vão ficando cada vez mais complexos conforme se sobe na escala, e aqueles estudados pela sociologia são os mais complexos de todos; além disso, temos de reconhecer que quanto maior a complexidade, menor o caráter geral dos respectivos conceitos em cada ciência. É fato que as mais simples instituições dos povos mais primitivos podem ser desconcertantemente complexas, sendo tantos e tão variados os fatores em jogo que fica difícil isolar correlações entre variáveis independentes, se é que existe alguma. Mas isso não basta para explicar por que a antropologia, apesar do volume da pesquisa nas últimas décadas, até agora só chegou a generalizações de muito baixo nível. Também se pode dizer, e já foi dito, que as ciências naturais podem fazer experiências, nós não. Mas é igualmente

possível dizer que, além de nem todas as ciências naturais poderem realizar experiências, e algumas apenas num nível limitado, se não podemos fazer muito uso de condições de laboratório, tanto a vasta gama de sociedades observáveis como a história das instituições fazem experiências por nós, ainda que não possamos controlá-las. E pode-se dizer ainda que há muito de experimentação em nossa pesquisa de campo. Outras razões poderiam com certeza ser acrescentadas, como a de que o método comparativo tem sido empregado com objetivos ambiciosos demais e que, com muita frequência, o que tem sido comparado são costumes, “coisas”, em vez de relações quantitativas entre qualidades ou propriedades; uma acusação que exigiria outra conferência para ser adequadamente fundamentada.

Mas essas dificuldades e falhas, tomadas em separado ou em conjunto, não explicam de modo convincente porque tão pouco se conseguiu do que foi buscado. Seria talvez temerário (mas isso não há de piorar o modo como serei julgado) duvidarmos da suposição básica, aceita há tanto tempo, de que existem leis sociológicas do tipo que tem sido buscado, e nos perguntarmos se os fatos sociais, além de serem especialmente complexos, não são tão diferentes daqueles estudados pelas ciências inorgânicas e orgânicas que nem o método comparativo nem nenhum outro pode levar à formulação de generalizações comparáveis às leis dessas ciências. Lidamos com sentimentos, propósitos, vontade, razão, escolha, e também circunstâncias históricas. É verdade que alguns processos sociais podem ocorrer sem direção consciente ou mesmo sem consciência, como as línguas, por exemplo (pode ser essa a razão de o estudo científico da linguagem, tanto de sua história como de sua estrutura, ser mais exato do que o de outras atividades sociais), mas o mesmo não pode ser dito, digamos, da organização de um exército, sua estratégia e suas táticas. Também não há dúvidas de que em larga medida é verdade o que disse Adam Ferguson, que apesar de os homens terem escolha, não podem saber no que suas escolhas vão resultar. Todos sabemos que em assuntos humanos é impossível prever com exatidão o que vai acontecer. As descobertas e decisões de amanhã, que contribuirão para dar forma a desenvolvimentos futuros, são hoje desconhecidas e podem ser apenas vagamente previstas. Ninguém há de negar que há princípios limitantes na organização social, mas dentro desses limites, nada há de inevitável nas instituições humanas. Os homens sempre têm escolha na condução de seus assuntos e, se uma decisão se mostrar desvantajosa, não está além de sua capacidade tomar uma outra para corrigir a primeira. Negar isso é não apenas negar o papel de valores e sentimentos, mas também o da razão na vida social. “A culpa, meu caro Brutus, não está nas estrelas.” Investigando a natureza das instituições sociais, passamos do reino da lei natural para o reino da lei positiva, para fazer a velha distinção grega entre filosofia natural e moral tal como formulada por Montesquieu, que afirma em célebre passagem: “O homem, enquanto ser físico, é como outros corpos governado por leis invariáveis. Como ser inteligente, transgredir continuamente as leis estabelecidas por Deus, e muda as que ele mesmo estabeleceu.”

Não tenho a intenção de declarar nesta conferência o que acho que deveriam ser os objetivos da antropologia social nem como esse campo poderia ou deveria se desenvolver, nem o que poderia ser um dia, mas antes o que me parece terem sido seus objetivos e desenvolvimentos nos últimos dois séculos.

Não creio que, qualquer que seja o resultado final, uma vida dedicada ao estudo de modos primitivos de vida e pensamento – no próximo ano completarei quarenta anos nessa tarefa – tenha sido mal aproveitada, que o retrato desses modos não seja em si de extrema valia para a compreensão de seres humanos. Não me arrependo. Talvez eu devesse me considerar primeiro como etnógrafo, e em segundo antropólogo social, pois acredito que um entendimento adequado dos fatos etnográficos deve vir antes de qualquer análise realmente científica.

Consequentemente, se não posso compartilhar o otimismo de meu professor e amigo Ginsberg, a quem coube o manto de Hobhouse, quando pensa ser possível o progresso nas ciências sociais se igualar ao das ciências biológicas ou até físicas nos próximos cem anos, meu ceticismo não significa que acho que devemos parar de buscar as regularidades que várias formas do método comparativo podem estabelecer. Seria ótimo conseguirmos chegar a elas. Se não tivermos sucesso, pelo menos teremos, na busca, logrado uma compreensão mais profunda da sociedade humana.

Referências bibliográficas

- FREEMAN, Edward Augustus. 1873. *Comparative Politics: Six Lectures Read Before the Royal Institution*. Londres: Macmillan & Company.
- FINLEY, Moses I. (Ed). 1960. *Slavery in Classical Antiquity. Views and Controversies*. Cambridge: William Heffer and Sons.
- GINSBERG, Morris. 1961. *Evolution and Progress*. Londres: Macmillan & Company.
- GOODY, Jack. 1959. "The mother's brother and the sister's son in West Africa". *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. 89, n. 1: 61-88.
- HOBHOUSE, L. T.; WHEELER, G. C.; GINGSBERG, Martin. 2013 [1915]. *Material Culture and Social Institutions of the Simpler Peoples: an essay in correlation*. Nova York: Nabu Press.
- KROEBER, Alfred L. "History and Science in Anthropology". *American Anthropologist*, vol. 37, n.4: 539-569.
- LOWIE, Robert Harry. 1937. *The History of Ethnological Theory*. Nova York: Farrar & Rinehart.
- MCLENNAN, John Ferguson. 1865. *Primitive Marriage: an Inquiry into the Origin of the Form of Capture in Marriage Ceremonies*. Edinburgh: A. and C. Black.
- MURDOCK, George Peter. 1949. *Social Structure*. New York: The Macmillan Company.
- PROPP, Vladimir IĀkovlevich. 1968 [1958]. *Morphology of the Folktale*. 2° ed. Austin: Texas University Press.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. 1951. "The comparative method in Social Anthropology". *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. 81, n°. 1/2:15-22.
- WESTERMANN, William. 1955. *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*. Philadelphia: American Philosophical Society.

sobre o autor

E. E. Evans-Pritchard

Antropólogo britânico, foi professor sociologia africana e antropologia na Universidade de Oxford.

sobre a tradutora

Beatriz Perrone-Moisés

É professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

Contribuição de Autoria: Não se Aplica

Financiamento: A produção deste artigo não contou com financiamento à pesquisa.

Recebido em 05/10/2021

Aceito para publicação em 08/12/2021